

**01.** No âmbito do direito administrativo, segundo a doutrina majoritária, a autoexecutoriedade dos atos administrativos é caracterizada pela possibilidade de a administração pública

- A) anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, sem necessidade de controle judicial.
- B) assegurar a veracidade dos fatos indicados em suas certidões, seus atestados e suas declarações, o que afasta o controle judicial.
- C) executar suas decisões por meios coercitivos próprios, sem a necessidade da interferência do Poder Judiciário.
- D) impor os atos administrativos a terceiros, independentemente de sua concordância, por meio de ato judicial.

**02.** Roberto foi furtado nas dependências de uma entidade que é pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, a qual deixou de agir com o cuidado necessário à vigilância.

Nessa situação hipotética, considerando-se os dispositivos constitucionais e o entendimento do STF, a entidade

- A) deverá ser responsabilizada civilmente, com base na legislação civilista, pelo dano suportado por Roberto.
- B) deverá ser responsabilizada civilmente, de forma subjetiva e nos termos da CF, pelo dano suportado por Roberto.
- C) deverá ser responsabilizada civilmente, de forma objetiva e nos termos da CF, pelo dano suportado por Roberto.
- D) não deverá ser responsabilizada civilmente nos termos da CF, porque não integra a administração pública.

**03.** Assinale a opção correta a respeito da desapropriação indireta.

- A. Se a administração conferir destinação pública a determinado bem, o particular prejudicado poderá recorrer a ações possessórias, reivindicatórias e indenizatórias.
- B. A afetação do bem particular a um fim público constitui forma de transferência da propriedade.
- C. Por observar o devido processo legal, a desapropriação indireta é instituto amplamente praticado e permitido pela legislação brasileira.
- D. O juízo competente para processar e julgar a desapropriação indireta é o do foro de situação do bem.

**04.** De acordo com os princípios fundamentais estabelecidos na CF, assinale a opção que apresenta, respectivamente, as formas de Estado e de governo adotadas no Brasil.

- A) Federação e presidencialismo
- B) Federação e República
- C) República e Federação
- D) República e presidencialismo

**05.** De acordo com a CF, tem legitimidade ativa para propor originariamente ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade o

- A. Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- B. Conselho Nacional do Ministério Público.
- C. Advogado geral da União.
- D. Conselho Nacional de Justiça.

**06.** Em matéria de controle da administração, o Conselho Nacional de Justiça é considerado órgão de controle:

- A) interno do Poder Judiciário, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- B) interno do Poder Judiciário, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- C) externo, pois tem em sua composição vários membros que não fazem parte do Poder Judiciário e está ligado diretamente ao Poder Executivo.
- D) administrativo, pois exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Judiciário com auxílio do Tribunal de Contas.

**07.** No que diz respeito aos direitos da personalidade, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- A) A exigência de autorização de cônjuges ou companheiros, para utilização de métodos contraceptivos invasivos, não viola o direito à disposição do próprio corpo.
- B) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, é incompatível com a Constituição a ideia de um direito ao esquecimento, assim entendido como o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e lícitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais, sendo que eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, a partir dos parâmetros constitucionais.
- C) A proteção que o Código Civil defere ao nascituro, no que concerne aos direitos da personalidade, tais como nome, imagem e sepultura, não alcança o natimorto.
- D) O nome da pessoa pode ser livremente empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, desde que não haja intenção difamatória.

**08.** A obrigação é a relação jurídica transitória, de natureza econômica, pela qual o devedor fica vinculado ao credor, devendo cumprir determinada prestação positiva ou negativa, cujo inadimplemento enseja a este executar o patrimônio daquele para satisfação de seu interesse. A respeito das obrigações, assinale a alternativa correta:

- A. O credor é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, quando esta for mais valiosa.
- B. Quando o devedor contrai nova dívida com o credor, para extinguir ou substituir a anterior, ocorre a dação em pagamento.
- C. A solidariedade é sempre presumida, sendo vedado às partes estabelecer ou afastar tal regra por convenção ou contrato.
- D. Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.

**09.** – A responsabilidade civil surge em face do descumprimento obrigacional, pela desobediência de uma regra estabelecida em um contrato, ou por deixar determinada pessoa de observar um preceito normativo que regula a vida. Nesse contexto, assinale a única alternativa correta:

- A) O dano estético é uma espécie do gênero de reparação extrapatrimonial e, portanto, não pode ser cumulado com danos morais.
- B) O direito à indenização por danos morais tem caráter personalíssimo e, por conseguinte, não é suscetível de transmissão aos herdeiros após o falecimento do titular.
- C) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
- D) A indenização mede-se pela extensão do dano, não podendo ser reduzida pelo juiz, mesmo na existência de excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.

**10.** Em relação à Parte Geral do Código Penal, indique abaixo a única alternativa correta:

- A. O Código Penal adotou a teoria da atividade, segundo a qual se considera praticado o crime no lugar da conduta (comissiva ou omissiva), independentemente do local em que se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- B. Em relação ao tempo do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, pois se considera praticado o crime no instante em que ocorre o resultado ou no momento em que é praticado o último ato de execução, no caso da modalidade tentada.
- C. A retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso leva à extinção da punibilidade.
- D. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime, incide nas penas a este cominadas, mas se a participação for de menor importância, o Código Penal prevê a exclusão da ilicitude.

**11.** O estagiário MÉVIO, ao realizar um atendimento no balcão da Vara Federal onde trabalha, aceitou a promessa feita por CIRILO de lhe pagar R\$ 1.000,00 (mil reais) para dar agilidade no andamento de determinado processo, deixando de observar a ordem cronológica de conclusão prevista no Código de Processo Civil. Embora tenha impulsionado o processo, CIRILO não realizou a transferência do valor prometido. Neste caso:

- A) O estagiário deverá responder pelo crime de condescendência criminosa, pois concordou em realizar o negócio indevido.
- B) MÉVIO não pode ser responsabilizado, pois sua função tem natureza transitória, ou seja, não é considerado servidor público para fins penais.
- C) A conduta configura o crime consumado de corrupção passiva.
- D) Por ter praticado ato contra disposição expressa de lei que manda observar a ordem cronológica de conclusão para sentença, o estagiário responderá pelo crime de prevaricação.

**12.** Considere que LUCÍLIO, Diretor de Secretaria de Vara Federal da Subseção Judiciária de Imperatriz/MA, ocupante de cargo em comissão, tenha desviado dolosamente, no exercício de suas funções, quantias particulares de que tinha a posse em razão do cargo. Em tal situação:

- A) Se reparar o dano até a prolação de sentença irrecorrível, sua punibilidade será extinta.
- B) LUCÍLIO deve responder pelo crime de apropriação indébita.
- C) O funcionário público consumou o crime de peculato e sua pena deve ser aumentada da terça parte.
- D) A conduta descrita configura o crime de facilitação de descaminho.

**13. Constituem princípios e diretrizes da Seguridade Social:**

- A) Caráter democrático e centralizado da gestão; capacidade contributiva.
- B) Solidariedade; celeridade processual e equidade na forma de participação no custeio.
- C) Universalidade da cobertura e do atendimento; irredutibilidade do valor dos benefícios e primazia da realidade.
- D) Equidade na forma de participação no custeio; universalidade da cobertura e do atendimento e irredutibilidade do valor dos benefícios.

**14. A proteção previdenciária em situação de incapacidade laboral abrange o benefício de auxílio-doença. Aponte a alternativa correta:**

- A) Não será devido o auxílio-doença ao segurado que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social já portador da doença ou da lesão invocada como causa para o benefício, exceto quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da doença ou da lesão.
- B) Para ter direito à percepção do auxílio-doença, o segurado deverá ter cumprido a carência equivalente a 6 (seis) contribuições mensais, salvo nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho, bem como nos casos de segurado que, após filiar-se ao RGPS, for acometido de alguma das doenças e afecções especificadas em lista elaborada pelos Ministérios da Saúde e da Previdência Social.
- C) O ato de concessão ou de reativação de auxílio-doença, judicial ou administrativo, deverá fixar o prazo estimado para a duração do benefício. Na ausência de fixação de prazo, o benefício terá duração indeterminada e somente cessará depois da realização de nova perícia médica.
- D) O segurado está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se a exame médico a cargo da Previdência Social, a processo de reabilitação profissional, tratamento cirúrgico ou a transfusão de sangue.

**15. A pensão por morte é o benefício pago aos dependentes do segurado, homem ou mulher, que falecer, aposentado ou não. Cuida-se do primeiro benefício previdenciário criado no mundo. Marque a alternativa correta:**

- A) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer e sua concessão poderá ser protelada até que todos os dependentes sejam habilitados perante o INSS.
- B) Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.
- C) O valor mensal da pensão por morte será de 60% (sessenta por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.
- D) A pensão por morte terá duração vitalícia quando o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado.

**16.** O doutrinador Cândido Rangel Dinamarco define competência jurisdicional como "(...)o conjunto das atribuições jurisdicionais de cada órgão ou grupo de órgãos, estabelecidas pela Constituição e pela lei. Ela é também conceituada como medida da jurisdição (definição tradicional) ou quantidade de jurisdição cujo exercício é atribuído a um órgão ou grupo de órgãos (Liebman). Considerando determinado órgão judiciário ou grupo de órgãos, sua competência é determinada pela massa de atividades jurisdicionais que a ele cabe realizar, segundo do direito positivo." Nesse sentido, com base na literalidade do artigo 109 da Constituição da República Federativa do Brasil, a competência da Justiça Federal **não compreende** a seguinte situação:

- A) As causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional.
- B) As causas em que a União, entidade autárquica, sociedade de economia mista federal ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;
- C) As causas relativas a grave violações de direitos humanos, após provocação do Procurador Geral da República e deferimento pelo Superior Tribunal de Justiça, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
- D) A disputa sobre direitos indígenas.

**17.** Na evolução da ciência processual e sua busca por autonomia frente ao direito material, diversas teorias foram criadas para definir a natureza jurídica da ação, destacando-se, entre elas, a teoria da asserção (*in status assertionis*), segundo a qual:

- A) As condições da ação definidas pelo Código de Processo Civil de 2015, quais sejam, partes, causa de pedir e pedido, devem ser aferidas ao final da fase cognitiva, pelo magistrado.
- B) As condições da ação definidas pelo Código de Processo Civil de 2015, podem ser conhecidas as qualquer tempo pelo magistrado, enquanto não transitada em julgado a sentença.
- C) Para tal teoria, as condições da ação serão apreciadas pelo magistrado somente na postulação inicial, quando poderá determinar a emenda da ação ou sua rejeição sem análise de mérito. Qualquer análise posterior será focada no mérito da demanda.
- D) As condições da ação se confundem com o mérito da demanda, de modo que a possibilidade jurídica do pedido, elemento da postulação, acarretará tanto o indeferimento da inicial, quanto o desprovimento da demanda por rejeição do pedido.

**18.** O mandado de segurança decorre da Doutrina Brasileira do Habeas Corpus, tendo sua origem em Rui Barbosa, ao utilizar, com base em interpretação da Constituição Republicana de 1891, do citado remédio constitucional para tutelar pretensões outras que não a liberdade de locomoção, sendo posteriormente previsto na Constituição de 1934 "para defesa do direito, certo e incontestável, ameaçado ou violado por ato manifestamente inconstitucional ou ilegal de qualquer autoridade". Acerca da disciplina dada pela Lei n. 12.016/2009, assinale a alternativa correta:

- A) Por se tratar de procedimento célere e com contraditório diferido, sem dilação probatória, não cabe condenação em honorários de sucumbência por expressa previsão legal.
- B) O direito de impetrar mandado de segurança prescreve em 120 dias da prática do ato a ser impugnado.
- C) Por não caber condenação em mandado de segurança, também não cabe condenação por litigância de má-fé.
- D) Atos de gestão comercial não estão sujeitos ao mandado de segurança, exceto se se tratar de empresa pública federal ou sociedade de economia mista federal, caso em que atrairá a competência da Justiça Federal, nos termos do artigo 109 da Constituição da República de 1988.

**19.** Sobre o inquérito policial no âmbito do processo penal. Assinale a alternativa correta:

- A) Trata-se de procedimento essencialmente judicial, por tramitar entre Polícia, Ministério Público e Justiça, sendo a falta de tutela judicial causa de nulidade do procedimento e da ação penal correspondente.
- B) Na forma da Lei n. 12.830/2013, o cargo de delegado de polícia deve ser, preferencialmente, ocupado por bacharel em direito, sendo admitida a nomeação de profissionais de outras áreas caso inexistente na comarca, desde que portadores de diploma de nível superior.
- C) Por ser facultativo, o inquérito policial não necessita acompanhar a ação penal, mas caso a acompanhe, as provas nele produzidas não terão que ser repetidas em juízo, medida de economia e eficiência processual.
- D) Em se tratando de investigação que envolva réu preso, o inquérito deverá ser concluído em quinze dias, podendo ser prorrogado por igual prazo, nos termos da Lei n. 5.010/1966, que dispõe sobre prazo diverso para a Justiça Federal em relação ao prazo geral do Código de Processo Penal.

**20.** Acerca da disciplina da ação penal, disposta na literalidade do Código de Processo Penal, marque a alternativa correta:

- A) Uma vez proposta, o Ministério Público Federal não poderá desistir da ação penal.
- B) A propositura de acordo de não persecução penal acarreta renúncia ao direito de ação privada pelo Ministério Público, o que impede, e ações posteriores, a realização de transação penal e suspensão condicional do processo, previstas nos artigos 76 e 89 da Lei n. 9.099/1995.
- C) Proposta a ação penal pelo Ministério Público, não poderá dar o magistrado definição do crime diversa da constante na peça inaugural. Isto é, caso entenda o juiz que o crime cometido difere do imputado, deverá absolver o acusado.
- D) Em determinados casos, previstos na Constituição, o magistrado poderá iniciar a ação penal de ofício, como em graves violações de direitos humanos previstos em tratados ou acordos internacionais dos quais o Brasil faça parte, desde que haja provocação pelo Procurador Geral da República perante o Superior Tribunal de Justiça.

**21.** Sobre o procedimento comum do processo penal, previsto nos artigos 394 e seguintes do Código de Processo Penal, marque a alternativa correta:

- A) O procedimento será ordinário quando a pena aplicada ao crime imputado for igual ou inferior a quatro anos.
- B) O procedimento será sumário quando a pena prevista ao crime imputado for superior a quatro anos.
- C) No procedimento ordinário é possível arrolar até oito testemunhas, não se computando as referidas e as que não prestem compromisso.
- D) As medidas despenalizadoras da Lei n. 9.099/1995 não se aplicam ao procedimento ordinário do Código de Processo Penal, por veicularem velocidades do direito penal diferentes, sendo as primeiras ligadas ao direito penal de segunda velocidade, com flexibilização das garantias processuais e penas mais leves, e o segundo ligado ao direito penal de primeira velocidade, com penas mais graves e garantias processuais mais rígidas.

**22.** O sistema de justiça multiportas ampliou o acesso à jurisdição estatal, devolvendo ao cidadão parcela do Poder exclusivo do Judiciário. Entre as diversas medidas adotadas em tal sistema, se enquadra a disciplina dos Juizados Especiais. Sobre o tema, marque a alternativa correta com base nas Leis n. 9.099/1995 e 10.259/2001:

- A) Podem ser ajuizadas nos juizados federais ações que não ultrapassem o valor da alçada, estipulado em sessenta salários mínimos. Assim, caso um crime cause prejuízo superior ao previsto, deverá ser ajuizada a ação penal competente na Justiça Comum do Estado correspondente.
- B) O critério adotado pelo legislador para delimitar a competência dos juizados se limitou à complexidade da causa. Dessa forma, demandas de qualquer matéria podem ser propostas nos juizados, desde que a instrução processual atenda aos princípios da celeridade, oralidade, simplicidade e dispensa de advogado.
- C) O Juizado Especial Federal não é competente para ações de anulação de atos administrativos, exceto os previdenciários e de lançamento fiscal.
- D) O recurso previsto para as sentenças proferidas pelos juizados é apelação, cível ou criminal, que será julgada pelos desembargadores do Tribunal do Estado, Tribunal Eleitoral ou Tribunal Regional Federal, conforme o caso.

**23.** Ainda sobre a disciplina dos juizados especiais:

- A) A transação penal, prevista no artigo 76 da Lei n. 9.099/1995, possibilita que autores de crimes com penas previstas em até dois anos tenham penas imediatamente aplicadas, substituídas por restritivas de direito ou multa.
- B) A suspensão condicional da pena, prevista no artigo 89 da Lei n. 9.099/1995, possibilita ao condenado por pena da alçada do juizado a obtenção imediata de saída temporária e livramento condicional.
- C) O prazo para interpor embargos de declaração criminais no juizado é o mesmo previsto no Código de Processo Penal, qual seja, dez dias úteis.
- D) Em que pese a inovação do Código de Processo Civil de 2015 em prever a contagem de prazos somente e dias úteis, tal alteração não abrangeu o microsistema dos juizados, que se mantém com a contagem de prazo exclusivamente dias corridos, em homenagem à celeridade e simplicidade processual, princípios reitores.

**24.** A migração das demandas judiciais ao formato eletrônico trouxe muitas comodidades para os jurisdicionados e operadores do direito, que passaram a poder propor e acompanhar demandas de qualquer lugar do mundo, inibindo a utilização de protocolos postais ou medidas congêneres. Sobre a informatização do processo judicial, marque a alternativa correta:

- A) A intimação eletrônica, por não assegurar a autenticidade do destinatário do ato, não pode ser considerada intimação pessoal. Assim, nos casos previstos em lei para intimação pessoal, deverá ser providenciada a intimação por oficial de justiça.
- B) Expedida intimação eletrônica e não aberta intimação em até dez dias, o prazo processual começará a correr a partir do décimo primeiro dia da expedição.
- C) A utilização do processo eletrônico não pode implicar supressão do acesso à jurisdição. Assim, é facultado à parte ajuizar demanda em papel impresso, cabendo ao Estado-Juiz a digitalização e inserção no sistema do Processo Judicial Eletrônico.
- D) Quando houver determinação de realização de audiência processual penal por teleconferência, as partes deverão ser intimadas com pelo menos trinta dias de antecedência ao ato.

- 25.** Ainda sobre o processo judicial eletrônico e a informatização da justiça, marque a alternativa correta:
- A. Os sistemas de processo judicial eletrônico devem prezar pela segurança da tramitação dos autos, sendo adequado a tal medida a priorização da utilização de programas de código de acesso fechado sem padronização.
  - B. O peticionamento eletrônico não dispensa o advogado de guardar cópia integral física da petição distribuída ou protocolada, para fins de restauração de autos digitais.
  - C. O processo judicial eletrônico não deve ser utilizado em demandas sigilosas que envolvam grave violação de direitos humanos ou organizações criminosas, a fim de evitar o vazamento de informações e prejuízo às diligências.
  - D. Conforme o Código de Processo Civil em vigor, "os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento". Tal medida não se aplica em autos de processos eletrônicos.